



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇO COMPLEMENTAR AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA
ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

1 - DO OBJETO:

Parceria entre Administração Pública e Organização da Sociedade Civil (OSC) em regime de mútua colaboração para prestação de serviço complementar ao atendimento especializado para alunos com necessidades especiais caracterizadas pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a Lei Federal nº 9394/1996 artigo 4º inciso III e artigo 58 parágrafo 1º, Plano Municipal de Educação Meta 4 estratégias 3 e 12, mediante a execução de atividades estabelecidas no Plano de Trabalho elaborado em consonância a este Termo de Referência que será inserido em termo de colaboração a ser firmado entre as partes, regido conforme normas e diretrizes da Lei Federal nº 13.019/2014 (e suas alterações) e pelo Decreto Municipal nº 5.749 de 04/01/2017.

2 - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

A Organização da Sociedade Civil interessada para atendimento à parceria, objeto deste termo de referência, deverá:

- 2.1. Organizar-se para atender as necessidades especiais apresentadas pelos alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em espaço físico com mobiliários, equipamentos, profissionais e materiais de apoio e didático-pedagógico adequados para atender às diferentes faixas etárias do público alvo;
- 2.2. Oferecer atendimento em período inverso ao das aulas regulares em que o aluno estiver matriculado, de segunda à sexta-feira adequando a quantidade de dias para atendimento conforme a necessidade do usuário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

- 2.3. Disponibilizar os dias de atendimento, acompanhando o calendário escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Birigui, de modo a respeitar os períodos de férias e de recesso escolar;
- 2.4. Concentrar os dias de atendimento de todos os alunos conforme a necessidade de cada um, em apenas três dias da semana, facilitando a organização e fluxo da demanda paralela que envolve tais atendimentos;
- 2.5. Manter condições de segurança e higiene compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas;
- 2.6. Facilitar aos órgãos competentes do Município a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho, assegurando aos membros da Comissão de Monitoramento ou outros que por ventura necessitarem a possibilidade de ter acesso às informações nas áreas administrativa, física, pedagógica e especializada (Equipe Multidisciplinar);
- 2.7. Respeitar o seguinte fluxograma de entrada e atendimento dos alunos na instituição:
- a- Encaminhamentos feitos pelas UBS, Clinicas Particulares, Santa Casa e Centros de Especialidades;
 - b- Agendamento na instituição para triagem;
 - c- Devolutiva dos resultados à Secretaria de Educação para, se necessário, realizar a inclusão do aluno na parceria.
- 2.8. Realizar os procedimentos internos de fluxograma de entrada dos alunos na instituição mantendo a escrituração e cadastro das crianças;
- 2.9. Organizar-se conforme a caracterização do público-alvo e garantir o cumprimento das diretrizes pedagógicas, sociais, de saúde e inclusão no serviço considerando os aspectos mencionados neste Termo:

3 - CARACTERIZAÇÃO DO ALUNADO E CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO:

- 3.1. Serão contemplados por este serviço alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados em escolas públicas da Rede Municipal de Ensino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Birigui, cuja condição seja devidamente comprovada por laudo médico (considerando as áreas da Neurologia, Psicologia e Psiquiatria) e também após realização do devido processo de triagem e diagnóstico a ser realizado pela instituição.
- 3.2. A instituição deverá elaborar e executar internamente, um fluxograma para a triagem e admissão do aluno ao atendimento em epígrafe.



4-DA DOCUMENTAÇÃO

4.1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- a) Razão social
- b) CNPJ
- c) Endereço completo
- d) Telefones e e-mail
- e) Horário de funcionamento da instituição (incluir calendário de funcionamento que deverá acompanhar o início e término do calendário da Rede Municipal de Ensino de Birigui respeitando os períodos de férias e de recesso escolar)

4.2 DOS FUNCIONÁRIOS

- a) cópia dos documentos pessoais (RG, CPF);
- b) cópia da carteira de trabalho;
- c) cópia do contrato de trabalho;
- d) cópia da comprovação de qualificação/escolaridade;
- e) comprovante de residência;
- f) título eleitoral.

4.3. DOS EDUCANDOS

- a) prontuário com documentação dos alunos
- b) lista nominal dos alunos com os dias, horários e as atividades/tratamentos programadas e realizadas.

4.4. REGISTRO DO TRABALHO DESENVOLVIDO

- a) arquivo contendo o Plano de Trabalho elaborado para suprir as necessidades individuais de cada aluno público alvo deste atendimento assim como os materiais didáticos ou humanos utilizados;
- b) diário de controle contendo as atividades desenvolvidas, a lista de presença dos alunos e observações relativas ao trabalho e resultados obtidos;
- c) arquivo contendo registro de documentos de reuniões e capacitações para os profissionais, realizadas pela instituição;
- d) arquivo contendo registro de documentos de reuniões com as famílias dos alunos para auxiliar e complementar o trabalho com o educando.



5- DOS RECURSOS HUMANOS

5.1.CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES PROFISSIONAIS

a) Equipe administrativo/financeira

Informar quantos e quais profissionais, respectivas funções, nível de formação, jornada semanal, salários.

Caberá à instituição definir sua política salarial, não podendo exceder a média de valores praticados no mercado e os valores pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui a seus profissionais de início de carreira, levando em consideração jornada de trabalho equivalente.

b) Equipe pedagógica

Informar quantos e quais profissionais, respectivas funções, nível de formação, jornada semanal, salários.

Caberá à instituição definir sua política salarial, não podendo exceder a média de valores praticados no mercado e os valores pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui a seus profissionais de início de carreira, levando em consideração jornada de trabalho equivalente.

b) Equipe multidisciplinar

Informar quantos e quais profissionais, respectivas funções, nível de formação, jornada semanal, salários, considerando a necessidade de:

- neurologista e/ou neuropediatra,
- psicólogo,
- fonoaudiólogo,
- psicopedagogo,
- terapeuta ocupacional,
- fisioterapeuta
- assistente social.

Informar sobre o sistema de comunicação entre os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar, tendo em vista a troca de informações sobre a criança autista e a proposição de um plano de trabalho conjunto e o acompanhamento das etapas que constituem todo o processo de intervenções que compreende o tratamento dos distúrbios incluídos no TEA e a abordagem psicoterápica praticada pelos profissionais no atendimento desses alunos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

Caberá à instituição definir sua política salarial, não podendo exceder a média de valores praticados no mercado e os valores pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui a seus profissionais de início de carreira, levando em consideração jornada de trabalho equivalente.

6- PROPOSTAS DE TRABALHO

6.1.Proposta Socioeducacional

- a) discorrer sobre todas as áreas do conhecimento, desenvolvimento e currículo funcional considerados no trabalho de estimulação do aluno autista, incluindo estratégias de intervenção nas áreas do desenvolvimento comprometidas pelo Autismo, quais sejam: interação socioeducacional, comunicação, comportamental, física e outras apresentadas no público alvo.
- b) proporcionar o desenvolvimento cognitivo, buscando aprimorar a capacidade de resolver problemas, de modo a promover uma melhor qualidade de vida, estimulando a memória, atenção, percepção visual, tátil, olfativa, auditiva e gustativa.
- c) relacionar conteúdos educacionais, objetivos pretendidos, metodologias e sistema de avaliação praticados, incluindo metodologias específicas para o trabalho com autistas, tais como o método TEACCH (Pictures Exchange Communication System), ABA (Applied Behavior Analysis) e PECS (Treatment and Education of Autistic and related Communication – handicap Children), dentre outros que contemplem o mesmo objetivo

6.2. – FISIOTERAPIA

- a) - Habilitar e/ou reabilitar pacientes portadores de TEA por meio de fundamentos científicos, promovendo o desenvolvimento e/ou a recuperação da funcionalidade do indivíduo, tendo como meta final a inserção social e o desenvolvimento geral do sujeito. Tal reintegração deverá estar voltada ao treinamento e à adaptação dos pacientes, às suas potencialidades para um grau maior possível de autonomia pessoal e comunitária, consequentemente, inclusão social.
- b) - Realizar trabalhos de estimulação, individuais ou em grupos de acordo com a necessidade de cada um, com base no desenvolvimento neuropsicomotor normal, a partir de atividades que estimulem os aspectos



sensoriais, perceptivos e motores para que possam atingir um bom desempenho ocupacional e ganhos de qualidade de vida, tratando as dificuldades apresentadas e procedendo a orientações aos familiares.

c) - Orientar e conscientizar a comunidade atendida, educadores, auxiliares etc. quanto ao tratamento, estimulação e outros.

6.3. – FONOAUDIOLOGIA:

a)- Desenvolver trabalho de assistência aos usuários, com finalidade de adequar os aspectos de comunicação oral e escrita, proporcionando a aquisição, compreensão e estruturação da linguagem (falada, escrita e lida);

b)- Desenvolver o trabalho com pacientes que apresentarem dificuldades na alimentação, a fim de coordenar sucção, mastigação, deglutição, respiração;

c)- Desenvolver habilidades sócio comunicativas, adequando o paciente para uma maior compreensão e integração destas habilidades, incluindo-o, desta forma, no convívio social e familiar, sempre respeitando seus limites e estimulando seu potencial.

6.4. – PSICOLOGIA:

Enfatizar a estimulação essencial, o bem-estar sócio emocional dos pacientes, procurando adaptá-los da maneira mais adequada, respeitando suas limitações para o melhor desenvolvimento de suas habilidades, qualidade de vida, autonomia e exercício da cidadania, de forma a prepará-lo para o processo de inclusão social, educacional e empregabilidade.

6.5 - TERAPIA OCUPACIONAL:

a)- Utilizar como recurso terapêutico a atividade humana para prevenir e tratar dificuldades físicas e/ou psicossociais que interfiram no desenvolvimento e na independência do indivíduo em relação às atividades de vida diária, trabalho e lazer.



b)- Restaurar, fortalecer e desenvolver a capacidade funcional, facilitando a aprendizagem daquelas habilidades e funções essenciais para adaptação ao meio e produtividade, proporcionando assim, maior independência, autonomia e melhor qualidade de vida.

6.6 – NEUROPEDIATRA:

Avaliar, detectar e prevenir iatrogenias, hipóteses diagnósticas, encaminhamentos, solicitações de exames, prescrição de receitas, laudos e atestados, conforme necessidades dos alunos.

6.7- ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Realizar entrevista social, visitas domiciliares, acolhimento às famílias, escuta qualificada, encaminhamento para os serviços de assistência e apoio às famílias dos estudantes com autismo, matriculados em escolas, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Birigui.

A instituição deverá se organizar de forma a manter vínculo de comunicação, informação e orientação entre todos os profissionais, orientações às famílias quanto ao trabalho realizado e a ser complementado pelas mesmas, a participação e desenvolvimento dos alunos público alvo desta parceria.

7-INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

7.1 Estrutura física

Descrever espaços e ambientes internos e externos, incluindo fotos, plantas baixas e capacidade física proporcional de atendimento. Descrever ambiente específico otimizado para atendimento aos alunos com TEA, considerando suas peculiaridades e a execução do currículo funcional. Tais ambientes devem ser organizados com base em **princípios** interacionistas, responsivos, motivacionais e lúdicos que norteiam o trabalho com crianças autistas.



A Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá comprovar - por meio de fotos, planta baixa, descritivos e outros – ser suficiente para dispor/oferecer minimamente dos seguintes ambientes necessários:

- Ambiente para Atividades de Vida Diária (AVD).
- Ambiente para atendimento individual ou em pequenos grupos.
- Ambiente para atendimentos clínicos especializados.
- Sala de recursos multifuncionais com recursos pedagógicos acessíveis e diversificados, tais como equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para prover condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos com TEA, eliminando as barreiras no seu processo de desenvolvimento.
- Ambientes para operacionalização de atividades do Currículo Funcional (considerar espaços internos e externos).

7.2 Estrutura material

Relacionar e descrever recursos materiais e tecnológicos, demonstrando sua articulação com o atendimento das pessoas com TEA.

A Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá comprovar - por meio de fotos, descritivos e outros – ser suficiente para dispor/oferecer recursos materiais, considerando como referência os seguintes itens:

- quadro visual ilustrativo da rotina diária;
- recursos visuais ilustrativos de tarefas;
- recursos visuais orientadores de comportamentos esperados;
- recursos sensoriais;
- recursos pedagógicos diversos;
- recursos pedagógicos para seriação, pareamento, classificação e sequência;
- materiais de comunicação alternativa;
- boardmakers;
- fichas de linguagem;
- recursos personalizados voltados para interesses pessoais dos alunos;
- recursos para atividades de AVD;~
- recursos requeridos para operacionalização de metodologia específica para o atendimento do autista, tais como TEACCH, PECS, ABA.



8) FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Informar sobre ações, periodicidade e formato de capacitação e formação continuada dos membros que integram as equipes profissionais, pedagógica e multidisciplinar.

9) DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Considerar as diferentes dimensões da avaliação: a avaliação individual do processo de desenvolvimento dos alunos atendidos, a avaliação da proposta geral de trabalho e a avaliação do desempenho dos profissionais atuantes neste processo. Informar sobre a periodicidade e as estratégias pelas quais os resultados das avaliações e informações sobre o processo de desenvolvimento da criança serão comunicados aos pais ou responsáveis pelo aluno/paciente).

9.1. As avaliações deverão ser reportadas, mensalmente, à Secretaria Municipal de Educação de Birigui, em planilhas, descrevendo os dias e horários de atendimento dos alunos, as atividades desenvolvidas no processo de desenvolvimento da pessoa com TEA, tais como:

- Linguagem e comunicação;
- Interação social;
- Aspectos comportamentais;
- Áreas personalizadas de interesse pessoal do aluno.

10) DO QUANTITATIVO DE ATENDIMENTO E DO VALOR DE REFERÊNCIA

10.1 deverão ser atendidos todos os alunos contemplados, conforme disposto no item 3.1 deste documento.

10.2 A instituição, para efeito de elaboração de sua proposta, deverá fornecer o valor unitário (por aluno), fixo e irredutível, expresso em moeda corrente nacional, para o objeto ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

10.3 Os valores deverão ser apurados à data da apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos valores deverão estar inclusas todas as despesas diretas e indiretas, relacionadas ao fornecimento do chamamento público.

10.4 A entidade vencedora deverá garantir inicialmente o mínimo de 30 (trinta) atendimentos de alunos matriculados na rede municipal de ensino (crianças de creche (berçário) até conclusão do 5º ano do Ensino fundamental).

10.5. A entidade vencedora deverá estar ciente de que poderão ocorrer novas matrículas ou novos casos diagnosticados como público alvo do atendimento em epígrafe e a mesma deverá estar apta para atender à nova demanda.

10.6. No caso de surgimento de nova demanda de atendimento, após a realização do fluxograma interno e constatado ser público alvo, a entidade deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação documentação comprobatória e a solicitação de inclusão na citada parceria.

10.7 A entidade deverá ter capacidade instalada para absorver a demanda e garantir o atendimento de todos os alunos encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

11 – DA VALIDADE DA PARCERIA

A vigência da parceria será inicialmente de 12 (doze) meses, a partir do exercício de 2019, podendo ser objeto de prorrogação anual até o teto de 60 (sessenta) meses, se houver interesse da Administração.